

FUTEBOL, IMPRENSA E DITADURA: DAS FORMIGUINHAS DE GEISEL À ABERTURA DE TELÊ

Gerson Wasen Fraga*

Introdução

Ao final de junho de 1970 o Brasil cobria-se de verde e amarelo. Movidos pelas apresentações geniais de Pelé, Tostão, Rivelino e companhia, uma nação que se avaliava como “noventa milhões em ação” ganhava as ruas para celebrar a conquista definitiva da taça *Jules Rimet*. A campanha, de seis vitórias em seis jogos, 19 gols a favor e 7 contra, não deixava margem para qualquer dúvida: tal qual as arrancadas de Jairzinho, este era um país impossível de ser detido, o “país do futuro” a ser amado incondicionalmente, ontem, hoje e sempre. Nas bancas de revistas, as capas dos principais periódicos estampavam a alegria de um povo com sua seleção, através da figura de Carlos Alberto, o “capitão do tri”, beijando a taça da vitória, enquanto o presidente Emílio Garrastazu Médici arriscava suas embaixadinhas diante dos fotógrafos. Lídimo representante da nação, o “onze” brasileiro sintetizaria todas as qualidades positivas de seu povo: “espírito de equipe, senso de coesão e disciplina, lucidez, agilidade de raciocínio e consistência moral”¹

Infelizmente, naquele momento, outras cores mais sombrias, como o oliva, o cinza-chumbo e o vermelho sangue também tingiam o país, emanados a partir dos quartéis, dos porões e das torturas hediondas. Destas cores divulgava-se pouco mais que o silêncio nascido do medo e da consciência deste medo.

Passada uma década, o quadro apresentava outras tonalidades. O país que disputava a final do torneio comemorativo aos 50 anos da primeira Copa do Mundo em Montevideu contra os donos da casa nos primeiros dias de 1981 era o mesmo que anunciava uma grave recessão econômica para aquele ano. Os dias das jogadas milagrosas da equipe econômica já iam longe e, se o medo e a repressão ainda eram (des)valores presentes, o quadro de abertura política permitia que pequenas denúncias

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim.

1 Correio do Povo, 23 de junho de 1970, p 4 (Editorial)

fossem feitas, ainda que “por tabela”. Dos pés de jogadores geniais como Sócrates e Zico, não esperávamos mais a reprodução de um país impossível de ser detido. Agora, segundo os periódicos, trava-se de oferecer “um desafio para as tensões e crises”, alguma alegria e esperança diante das muitas dificuldades vividas e das outras tantas que se avizinhavam.

Em pouco mais de uma década, os brasileiros, assim como seus jornais e revistas, não apenas viviam um novo contexto do regime militar, mas também alteravam radicalmente a atribuição de sentidos sobre as atuações do selecionado nacional.

O foco deste trabalho está sobre os valores atribuídos pela grande imprensa brasileira ao futebol, em especial ao selecionado nacional, durante a ditadura civil-militar que emergiu no país a partir de 1964. Para materializarmos nosso intento, elegemos aqui dois momentos específicos para a análise: o período adjacente à conquista do tri-campeonato no México em 1970, e o início do ano de 1981, quando da disputa do Torneio Mundialito, no Uruguai². Se no primeiro momento a seleção canarinho representava um país acuado pela repressão e pela militarização de seu cotidiano (a ponto de a própria seleção se militarizar em sua estrutura), mas cuja classe média vivia ainda sob a euforia de um “milagre econômico”, no segundo temos um povo sofrendo os efeitos de uma grave crise financeira, enquanto os ventos da abertura democrática, ainda que distantes, já se faziam sentir nas gerais e arquibancadas. Mais do que traçar um histórico de coberturas esportivas, buscamos aqui entender como o futebol, um fenômeno de massas típico da sociedade industrial, capaz de suscitar paixões e ufanismos, bem como de compor os valores identitários, foi trabalhado pela imprensa brasileira (também ela um fenômeno de massas) em um momento de radicalização da repressão militar, e, posteriormente, durante a distensão do regime. Partimos do pressuposto de que o jornalismo esportivo no Brasil, longe de se constituir em objeto politicamente neutro, permite a realização de diversas aproximações entre a Nação e os seus representantes no campo de jogo, fruto de uma discursividade que atribui à seleção brasileira, o papel de sua representante direta. Em outras palavras, sob

2 O Torneio Mundialito foi um torneio organizado pela FIFA, em comemoração aos cinquenta anos da realização da Primeira Copa do Mundo, disputada em 1930. Assim como o torneio de meio século antes, foi disputado em solo uruguaio, e deveria, inicialmente, contar com os países que, até 1978, haviam conquistado a Copa do Mundo: Alemanha, Argentina, Brasil, Inglaterra, Itália e Uruguai. Os ingleses, porém, declinaram do convite e, em seu lugar, foi convidada a seleção holandesa, vice-campeã nos mundiais de 1974 e 1978.

a óptica da mídia, a seleção seria a própria nação em campo, a pátria de chuteiras, incidindo em tal representação o contexto histórico vivido pelo país. Inicialmente, nos deteremos de forma breve sobre esta característica.

Onde o futebol e a imprensa encontram o Estado

Pensar na utilização política das conquistas esportivas pelo Estado é algo que nos remete não somente à popularização e ao ordenamento das atividades físicas como um todo (e, em nosso caso específico, do futebol), mas também à materialização de um instrumento capaz de operar a conexão entre estas três esferas (o Estado, o povo e as atividades esportivas). É fruto da percepção de que a mobilização popular em torno das competições internacionais e os momentos de euforia pelas conquistas são momentos de constituição – e especial visibilidade – da identidade nacional.

O futebol é uma das grandes instituições culturais, como a educação e os meios de comunicação de massa, que formam e consolidam identidades nacionais no mundo inteiro (...). Times de futebol de diferentes partes do país podem representar localidades rivais, mas dentro de uma estrutura unificadora de um sistema de liga nacional. Nos [eventos esportivos] internacionais, o time incorpora a nação moderna, com frequência envolvendo-se literalmente com a bandeira nacional e iniciando os jogos com uma canção comum, o “hino nacional”. O poder tecnológico dos meios de comunicação garante que todos os cantos da nação possam compartilhar da ação (e, assim, participar), assistindo à televisão ou ouvindo rádio (GIULIANOTTI, 2002: 42).

A aproximação entre a equipe e a nação, assim, ocorre em um plano eminentemente discursivo e ideológico, através da projeção sobre um conjunto de atletas da capacidade de representar uma ampla coletividade, sob todos os aspectos heterogênea. Ou, como nos diz Eric Hobsbawm, “a imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação” (Hobsbawm, 1998: 171).

Dois fatores devem aqui ser destacados. Em primeiro lugar, percebe-se que a citação de Hobsbawm propositalmente não nos remete a um sexteto de voleibol, a um quinteto de basquete ou a um atleta solitário festejando com a bandeira de seu país em meio a uma pista de atletismo. Com efeito, dentro da ampla diversidade de modalidades esportivas, é ao futebol que o historiador britânico recorre para estabelecer a ponte entre os esportes modernos e a manifestação do sentimento de nacionalidade. Tal fato parece ser especialmente válido para o caso brasileiro, onde nos auto-proclamamos “o país do

futebol”, onde medalhistas olímpicos rapidamente são esquecidos e onde outras modalidades esportivas, ainda quando somadas, não costumam ocupar mais do que um espaço minoritário nos jornais, nos portais de internet e nos programas especializados de rádio e televisão. Concordamos assim com Simoni Guedes, quando afirma: “se rigorosamente qualquer esporte pode produzir a identificação coletiva através das vitórias, apenas o futebol o faz permanentemente, nas vitórias e nas derrotas. Por isso, até aqui, o Brasil continua sendo o *pais do futebol*”. (Guedes, 1998: 41).

Tal denominação, contudo, é, também a seu modo, uma construção social, perpassando pelo conjunto da sociedade brasileira como uma verdade inquestionável. Se boa parte desta valoração é devida as conquistas do selecionado verde e amarelo pelos campos do mundo, especialmente a partir de 1958, vale lembrar que a popularização do futebol no Brasil obedece a sua própria historicidade, demandando uma sociedade urbana e industrial, onde os meios de comunicação possam levar o futebol e os valores a ele atribuídos, aos mais distantes recantos do país.

Assim, enquanto a população humilde dos principais centros urbanos em princípios do século XX buscava copiar a nova atividade esportiva praticada pelas elites, a imprensa escrita brasileira se desenvolvia, exigindo a criação de códigos linguísticos específicos para cada segmento de leitores, o que tocava ao esporte de um modo geral e ao futebol de modo particular. Articulado com isto, temos o surgimento do rádio, capaz de levar as notícias do centro político e econômico a todo o Brasil com uma velocidade até então impensada. Contudo, se a linguagem utilizada pela imprensa esportiva terá seus códigos específicos, por outro lado terá a capacidade de propor, ainda que de forma não explícita ou planejada, uma certa homogeneização no que se refere ao estilo de viver e, dentro deste, de torcer. Um dos exemplos mais elucidativos neste sentido parece ser dado pela revista “O Cruzeiro”, publicada no Rio de Janeiro a partir do final de década de 1920 e que, com sua ampla circulação pelo país, legitimava um certo “*carioca way of life*” diante de tudo o que pudesse ser visto como regional e, portanto, exótico. Do mesmo modo, a partir da década de 1930, as transmissões radiofônicas feitas a partir do centro do país divulgavam para os mais distantes rincões do Brasil os acontecimentos vividos na então capital federal, incluindo aí os acontecimentos envolvendo os principais clubes e craques do Rio de Janeiro³.

3 Evidentemente a cidade como São Paulo também participa, em grande medida, deste processo.

Esta característica homogeneizadora dos grandes meios de comunicação e o poder de mobilização que o futebol passava a ter sobre os brasileiros, independente da classe social, certamente não foram fenômenos que passaram alheios aos governantes desde então, a ponto de influenciar a forma com que o regime do Estado Novo, defensor de um projeto de integração nacional e forte centralização política, relacionava-se com a população. Conforme Hilário Franco Junior:

Não por acaso, os estádios de São Januário e do Pacaembu foram os palcos escolhidos para os desfiles e as comemorações do Primeiro de Maio, Dia do Trabalho, deixando definitivamente de ser enormes salões para encontros de uma elite portando chapéu e paletó, como em anos passados. O mesmo rádio que agrupava os ouvintes num corpo único de torcedores de determinado time ou no corpo maior da seleção brasileira também procurava criar o corpo cívico da nação em comunhão com seu líder máximo. Paixão política e paixão futebolística eram estimuladas de forma semelhante. Enquanto as bandeiras com as cores dos clubes eram desfraldadas nos estádios, as bandeiras regionais eram queimadas, e no lugar delas era içada a bandeira nacional. (FRANCO JUNIOR: 2007, 80.)

A partir de então, o ato de receber atletas ou delegações esportivas tornou-se parte da rotina dos ocupantes do poder executivo no Brasil, sempre diante dos *flashes* dos fotógrafos, ávidos uns e outros por uma boa imagem que comprovasse a aproximação entre os governantes e os governados através do esporte. Esta atitude se alicerça sobre dois pressupostos aparentemente contrários, mas de forma alguma excludentes. Em primeiro lugar, há a identificação do mandatário com o “cidadão comum”, algo como uma comprovação de que, apesar do distanciamento existente entre um e outro na vida cotidiana, no fundo ambos gozam dos mesmos sentimentos, possuem a mesma “essência”, o que fica expresso através da publicização de sua torcida pelo selecionado ou mesmo de sua preferência clubística. Curioso é perceber que, ainda que esta preferência seja manifestamente contrária a de parte da população (algo como o presidente se declarar corintiano em um país onde parte da população torce para Palmeiras ou São Paulo), no fundo ela busca afirmar a identidade com todos, posto que, assim como uma pretensa maioria, também ele acompanharia de perto os acontecimentos envolvendo o futebol. Por outro lado, a primazia em receber atletas vencedores sinaliza para uma diferenciação momentânea deste cidadão que, a partir de seu posto político, passa a ser identificado como o principal torcedor daqueles que representam a coletividade por ele governada, um *primus inter pares*, onde a vitória esportiva de uma nação confunde-se com a vitória de um Estado.

Enquanto cêrca de 200 mil pessoas concentravam-se na Praça dos Três Poderes e nas avenidas de Brasília para festejar seus heróis, o técnico Zagalo e o capitão Carlos Alberto apresentavam a Taça Jules Rimet ao torcedor número um do time do Brasil – o Presidente Emílio Garrastazu Médici. Ardoroso fã do futebol e velho frequentador dos estádios, o presidente foi um grande incentivador da seleção: como 90 milhões de brasileiros, torceu durante os 90 minutos de cada jogo, sofrendo ante cada ataque adversário e explodindo de alegria a cada gol de Jairzinho, Pelé ou Rivelino. Nada mais justo, portanto, que a primeira recepção aos tricampeões em solo nacional ocorresse na jovem capital da República e que a primeira saudação a eles fosse feita pelo presidente-torcedor Médici.⁴

A criação da imagem positiva de um governo através da associação a um atleta ou conjunto de atletas vencedores parece assumir um sentido ainda mais urgente nos momentos em que tais governos passam a carecer de legitimidade, seja diante de sua própria população, seja no plano externo. Nestes momentos, não somente as vitórias, mas a própria organização de torneios esportivos internacionais reveste-se de significado, uma vez que representa a possibilidade de mostrar-se ao mundo como uma nação portadora de características positivas, tais como modernidade, civilidade e ordem. No plano interno, há a possibilidade de se reforçar um discurso meritocrático, atribuindo aos atletas vencedores um comportamento tido como exemplar para o conjunto da sociedade (capacidade de trabalho, de organização, de sacrifício, de amor à pátria simbolizada em uma camisa), ou ainda resgatando discursivamente os pretensos traços originais da nacionalidade. Referindo-se à realidade argentina durante a realização da Copa do Mundo de 1978, Pablo Alabarces comenta que o discurso no plano esportivo, pregando a volta de um “estilo argentino” de jogar futebol, coincidia ideologicamente com o discurso do governo ditatorial, fundamentado na defesa de um “tradicional estilo de vida argentino” que se opunha a ameaça comunista. Segundo o autor, a argumentação apresentada através de *El Gráfico*, o mais importante periódico esportivo daquele país, fundamentava-se à época sobre quatro pontos centrais: a) um forte teor inclusivo, que associava as ações governamentais e esportivas a todo o povo; b) um caráter nostálgico de retorno a uma “idade de ouro”, que se mostra extremamente coerente com o discurso governamental, marcado por verbos como “reorganizar”, “devolver”, “recuperar” e “reencontrar”; c) a inscrição do momento vivido na história, o que confere ao evento um caráter que transcende o aspecto meramente esportivo; d) por fim, uma forte padronização cultural do outro, que não apenas classificava os

4 Revista Manchete, 11 de julho de 1970, p 5.

adversários dentro de estereótipos pré-moldados (holandeses drogados e homossexuais, poloneses brigões, peruanos religiosos, suecos trabalhadores, iranianos exóticos, escoceses bêbados), como também não permitia fissuras dentro da ideia de identidade argentina. (Alabarces: 2002, 126-9)

Os pontos apontados por Alabarces de certo modo dialogam com as narrativas futebolísticas da imprensa brasileira nos momentos sobre os quais aqui nos debruçamos. Com efeito, vale lembrar que o tão decantado cerceamento às liberdades de imprensa durante os anos de chumbo do regime civil-militar brasileiro devem até certo ponto ser relativizados, uma vez que os grandes periódicos são também a expressão material de um grupo social e politicamente localizado, que em grande medida aplaudiu a entrada dos militares no campo político e que, não raro, teciam loas à auto-proclamada “revolução” através de seus editoriais, uma vez que esta colocaria o Brasil a salvo da infiltração comunista. Por outro lado, quando da distensão, em princípios da década de 1980, as críticas ao regime são muitas vezes estabelecidas de forma indireta, através da denúncia da repressão nos países vizinhos ou, ainda, da publicização de uma crise econômica e social nem sempre vista como atrelada de forma direta ao fator político. Assim, em 1970, noticiava-se a vitória de uma seleção que representava, se não todos, àqueles que poderiam ser considerados os verdadeiros brasileiros, os que levavam sua vida de forma a não contestar a nova ordem estabelecida a partir dos (des)mandos militares; que vivendo um período de “reorganização política”, poderiam estar certos de que estariam a salvo dos perigos do comunismo em solo brasileiro. Para estes (e não para os “falsos brasileiros”, os contestatários, os rebeldes e inconformados, os que deviam deixar a pátria por não amá-la suficientemente) é que se produzia um novo período histórico, de vitórias no plano esportivo e econômico, ainda que para a imensa maioria não fosse destinado mais do que um lugar distante nas arquibancadas. Dez anos depois, o discurso parece ser outro. O povo, agora, é incluído em um quadro de sufoco, para o qual uma vitória no campo futebolístico não representaria mais do que um desafogo; a nostalgia do passado dá lugar a incerteza do presente e do futuro, marcados pelo crescimento desordenado das cidades, do desemprego e dos baixos salários. Neste quadro, a representação da identidade através do futebol passa a ser ressignificada. Agora, não somos mais as formiguinhas operosas e ordeiras, mas vivemos em um novo esquema tático, buscando desmilitarizar a sociedade, tal qual a própria seleção havia feito em suas estruturas.

1970 e a militarização da alegria

Para o povo brasileiro, o Mundial disputado em solo mexicano em 1970 seria pródigo em imagens que se perpetuariam ao longo do tempo. Os gols que Pelé não fez (e também alguns que fez); Gordon Banks e sua defesa magistral; o gol final de Carlos Alberto e o beijo definitivo na Taça Jules Rimet são apenas alguns exemplos de cenas com as quais não raro nos deparamos ainda hoje. Com efeito, a campanha impecável daquele selecionado e a beleza do futebol apresentado são elementos fundamentais na criação de uma aura de perfeição, capaz de justificar, como já comentou o próprio Eric Hobsbawm, o anseio de elevar o jogo à categoria de arte (Hobsbawm, 1997: 197). Por outro lado, o contexto histórico vivido no Brasil àquele momento acompanha muitas reflexões, estabelecendo paralelos entre a felicidade popular pela conquista e o drama das prisões, torturas e assassinatos perpetrados pelos governos ditatoriais.

O poder mobilizador da conquista esportiva não passaria despercebido pelo regime e pelos seus críticos. Assim, enquanto muitos intelectuais se dedicariam a denuncia do “futebol ópio do povo”, vendo-o como não mais do que um instrumento capaz de imbecilizar o ser humano diante de um quadro de dominação política e social, os militares preconizariam a integração definitiva do país através da bola, materializando a disputa de um Primeiro Campeonato Brasileiro de clubes, no ano de 1971. Inicialmente disputada por apenas vinte clubes, a competição passaria por um processo de “inchamento”, absorvendo cada vez mais equipes, em especial nos estados da federação onde o partido político do governo – a Aliança Renovadora Nacional, ou Arena – encontrava fraco desempenho nas urnas, em que pese o contexto de ausência de liberdades políticas. Criava-se assim o jargão de que “onde a Arena vai mal, mais um clube no nacional”. Ao mesmo tempo, ao menos trinta estádios foram construídos no Brasil entre 1972 e 1975, denotando o esforço do Estado Brasileiro na montagem de cenários grandiosos para que o futebol realmente operasse como um elemento aglutinador da identidade social do brasileiro (Franco Júnior, 2007: 145-150).

Esta vinculação entre o esportivo e o político era elemento marcante na leitura estabelecida pela imprensa brasileira após a conquista do Tri-Campeonato em 1970, apresentando o estilo de jogo vitorioso como uma metáfora daquilo que, no pensamento militar, se constituiria na sociedade brasileira ideal. Curioso é perceber que a própria seleção brasileira, a par do que acontecia no cotidiano, passava também por

um rígido processo de militarização, especialmente em sua coordenação, o que seria difundido de forma positiva, dado o caráter de exemplo atribuído ao futebol diante da coletividade. Assim, o Almirante Heleno Nunes, que à época comandava a CBD no plano esportivo e a ARENA no plano político entregou a chefia da delegação ao coronel Tinoco Marques. O major Kleber Camerino desempenhava a função de secretário enquanto o tenente Osvaldo Costa Lobo atuava como assessor. A supervisão geral ficava a cargo do Major Carlos Cavalheiro, enquanto a equipe responsável pela preparação física contava com o capitão Cláudio Coutinho, o tenente Raul Carlesso e o civil Carlos Alberto Parreira (FRANCO JUNIOR, 2007: 145).⁵ Tal realidade não passaria despercebida, à época, aos leitores mais atentos da revista Manchete, que em seu número comemorativo pelo tri-campeonato, em julho de 1970, trazia uma matéria de duas páginas, intitulada “O Estado-Maior”, onde o comando da delegação era explicitamente apresentado dentro de uma estrutura de caserna.⁶

Assim, logo após a vitória sobre os italianos, o jornal Correio do Povo, em Porto Alegre, abria seu editorial do dia 23 de junho citando diretamente três parágrafos de uma mensagem do General Médici ao povo brasileiro, onde o ditador afirmava identificar na vitória brasileira “a prevalência de princípios de que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional”. O editorialista, contudo, vai mais além, vendo no recente êxito esportivo não somente um exemplo para o povo brasileiro, mas também um instrumento capaz de forjar uma imagem positiva do Brasil.

Há, contudo, na homérica proeza dos pupilos de Zagalo, outro aspecto digno de nota: o de propaganda - o de boa propaganda - do Brasil no Exterior. Somos um país quase ignorado no resto do mundo. E que ultimamente, ainda por cima, entrou a sofrer uma campanha organizada e teledirigida de difamação e calúnias, por obra da conspiração esquerdista mundial, que porfia em ver o Brasil transformado numa “República Popular”, ao figurino de Cuba ou da Tcheco-Eslováquia. Então, por isso, se trata de desmoralizar os governantes e as elites brasileiras, e de pintar o nosso país como um desolado e triste cenário de opressão, miséria e fome. Mas como num país em tão calamitosas condições de vida pode ser organizada uma seleção de jogadores de futebol, saída das camadas mais humildes do povo, com um vigor físico, uma habilidade, uma arte e uma alegria de competir esportivamente que chegam a suplantar o que apresentam as representações de nações desenvolvidas e de milenar civilização?

Vamos convir [que] a “Jules Rimet”, em mãos dos brasileiros, se constitui

5 Pelas matérias colhidas para este trabalho, chegamos ao nome de mais um militar que integrava a delegação no México, o brigadeiro Jerônimo Bastos. Cfe: “Pelé deixa seu nome bem alto”. Revista Manchete, 13 de junho de 1970, p 15.

6 Cfe: Revista Manchete, Número especial – julho de 1970, p 44-45.

*numa pílula demasiado amarga para os detratores do Brasil.*⁷

Contudo, talvez a melhor demonstração de um texto onde o futebol e a política tornavam-se uma única grandeza tenha sido nos proporcionado pelo jornalista Murilo Melo Filho, nas páginas da revista Manchete de 11 de julho de 1970. Em um longo texto intitulado “Da unidade nacional em torno de um caneco”, o periodista compara os perseguidos pela Guerra Suja levada a cabo pela Ditadura de Segurança Nacional implantada no Brasil com os próprios adversários subjugados pela seleção brasileira. Ao autor não escapam detalhes, como o perfil etário e escolar de uma significativa parcela daqueles que optavam pelo caminho da luta armada contra a ditadura, enquanto usa e abusa das metáfora futebolísticas para o plano político.

Acontece, porém, que vários torcedores, expulsos dos estádios e proibidos de neles ingressar por dez anos, organizaram-se fora deles e partiram para o crime e o desespero. Substituíram as bandeiras pelas armas, as faixas pelas bombas e as camisas pelas máscaras.

Que torcedores tão fanáticos eram esses? Quando presos ou liberados nos resgates, verificava-se que não se tratava dos crioulos das gerais ou dos operários das arquibancadas, mas sim de jovens estudantes, das cadeiras de pista, com média de 23 anos de idade, fascinados pelo delírio da aventura e enlouquecidos pela sede de violência que desaguaria numa onda de atentados, sequestros e assaltos a mão armada (...)

Era o clima de desânimo, retração, desconfiança e derrotismo que se instalara no Brasil durante todo o primeiro semestre deste ano e que terminaria por contagiar também a seleção. O país inteiro estava numa espécie de circuit ou de interval-training, submetido aos testes de Cooper.

-Não passaremos das oitavas.

O presidente da República, que havia assistido ao jogo contra a Áustria, última (e melhor) prova antes da partida, pediu a seu filho Roberto que fosse ao vestiário dizer ao capitão Carlos Alberto:

-Traga essa Copa. Nunca precisei tanto de um caneco.

-Diga a seu pai que pode ficar descansado. Nós traremos o caneco.

E se o capitão falou, estava falado. A promessa seria cumprida ao longo de seis provas duríssimas, nas quais um grupo de brasileiros patriotas, humildes, disciplinados e capazes – indivíduos competentes, olha a camisa deles! - deslumbrou o mundo inteiro com seu futebol-arte (...).

(...) A turma do sereno não estava satisfeita com toda essa alegria, assaz desinteressante para os planos negativistas do quanto pior melhor, do povo triste, do país derrotado, da nação incapaz. Na fumaça das comemorações da vitória sobre o Peru, espocavam outros tiros menos festeiros e mais certos. Mas nem mesmo o sequestro do embaixador de um país que poderíamos enfrentar nas semifinais conseguiu desviar o povo das celebrações que, num crescendo, desaguariam no maior carnaval de todos os tempos. O Brasil estava muito ocupado com seus triunfos para preocupar-se com seus terroristas.

-Vamos, minha gente (...)

Quem, por exemplo, esperasse uma caça às bruxas ou uma noite de São Bartolomeu logo após o reaparecimento do embaixador alemão, recebeu a

7 Correio do Povo, 23 de junho de 1970, p 4.

notícia da Rodovia Transamazônica (...).

E pela primeira vez, nestes seis anos, abriram-se ao povo os portões do Palácio da Alvorada. E o povo confraternizou om seu presidente, jogou bola com ele, penetrou na zona do agrião, tirou de letra, deu de chilena e de primeira, estendeu um lençol, fez o corta-luz e a ponte, os passes de profundidade e a cobertura, os dois toques e a embaixada.

-Ninguém segura este país.⁸

Não era sequer necessário esperar a próxima edição para ter uma visão, ainda que parcial, dos adversários. Bastava avançar 40 páginas para encontrar, sob o título “É possível acabar com os sequestros?”, uma matéria sobre os presos políticos trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, sequestrado no dia 11 de junho daquele ano e libertado cinco dias mais tarde. A foto dos “terroristas” na página 62 era ladeada por uma frase que se destacava em azul, na página seguinte: “Para os banidos, a luta agora é sobreviver num país estranho, onde terão de trabalhar para comer”.⁹

Outra utilização do futebol por parte da imprensa nos remete a possibilidade de vislumbrar outros adversários que não aqueles que optavam pelo caminho da oposição, armada ou não, ao regime militar. A figura dos “adversários” seria assim transferida para os problemas internos – p por vezes congênitos – do país, deslocando o caráter exemplar da atuação do selecionado brasileiro para a capacidade de superação diante de nossas mazelas. O teor do texto, ainda que não se revista de denúncia, permite ver que em um país de noventa milhões em ação, que vai para frente sem ter quem o segure, os problemas ainda seriam muitos. Driblava-se a marcação cerrada da censura, ainda que para atuar no pequeno espaço do campo onde seria possível rolar a bola com alguma liberdade. Como exemplo, selecionamos aqui um pequeno trecho do jornal baiano “A Tarde”:

Governante ou governado, poderoso ou anônimo, governista ou inconformado, rico, pobre ou remediado, o brasileiro deve meditar sobre estes dias de expectativas, tensões e alegrias futebolísticas. Há uma lição positiva a extrair. Somente com a soma dos esforços e da boa vontade de todos, conseguiremos obter outras “forras” mais importantes: a “forra” contra o analfabetismo e a vergonha das secas, a subnutrição e os males endêmicos, os mercados perdidos nas exportações e os resíduos inflacionários, em suma, contra a espinha do subdesenvolvimento, atravessada na garganta nacional. São tarefas gigantescas, que não podem ser apenas responsabilidade do governo. Elas dependem de uma solidariedade semelhante àquela que imbuu as “Formiguinhas” de Zagalo,

8 Revista Manchete, 11 de julho de 1970, p 20-21.

9 Revista Manchete, 11 de julho de 1970, p 60-66.

no entusiasmo coletivo que a paixão do futebol injeta em nossas veias.¹⁰

Assim, a atuação vitoriosa das “formiguinhas” verde e amarelas servia para a divulgação de um discurso muito conveniente para a Ditadura de Segurança Nacional implantada no Brasil a partir de 1964. Unidade, entrosamento, nacionalismo e a busca de um objetivo comum – o desenvolvimento nacional – eram valores que, tomando a equipe de Zagalo como paradigma, projetavam-se para todo o brasileiro. O exemplo, emanado de um esporte capaz de mobilizar a nação, potencializava-se com o fervor da conquista e o próprio contexto político da época. Aos dissidentes, eram atribuídos o valor de adversários a serem batidos, excluindo-os de qualquer possibilidade de inserção dentro da coletividade nacional.

É curioso perceber que o famoso conceito de “comunidade imaginária” cunhado por Benedict Anderson,¹¹ e que tão bem se aplica aos torcedores de um mesmo selecionado ou de uma mesma equipe, assume aqui um caráter excludente, posto que àqueles que não compartilham dos mesmos ideais políticos é negado um lugar na comunidade (o grupo de “verdadeiros brasileiros”, cuja torcida é discursivamente legitimada). Mais do que isto, o estabelecimento desta dicotomia entre os “verdadeiros torcedores” e aqueles que são equiparados aos adversários a serem vencidos no campo de jogo obedece a uma lógica binária onde à afirmação da identidade de grupo corresponde a negação ou desvalorização da identidade adversária (algo facilmente perceptível nas manifestações de torcedores rivais em qualquer estádio do mundo). Em outras palavras, ao colocar os adversários da seleção brasileira e os opositores ao regime militar dentro de uma mesma categoria, os textos emitidos pelos periódicos negam a própria brasilidade dos opositores, tornando-os meros adversários a serem vencidos para a afirmação do projeto político da Ditadura de Segurança Nacional.

Não sendo brasileiros, não devia-se lhes conferir sequer o direito de vibrar com os gols de Pelé e Jairzinho.

1981 e a seleção da abertura.

Passados dez anos, a situação do jogo político já era outra. Embora os militares ainda se apresentassem como “os donos do campinho”, os ventos da abertura faziam-se

10 A Tarde, 19 de junho de 1970, p 7. O texto é atribuído ao jornalista Heron Domingues.

11 Cfe: ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989, p 41-2.

sentir pelo país. No final da década de 1970 pode-se assistir ao fim do Ato Institucional número 5, que durante uma década rasgara os direitos constitucionais da população, bem como ao processo de anistia política que assegurou a volta de muitos brasileiros ao convívio da comunidade nacional. Claro que a abertura política longe estava de possuir o tamanho desejado por todos, e alguns acontecimentos recentes, como o sequestro dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz em Porto Alegre, ou o atentado ao Riocentro, que aconteceria alguns meses mais tarde nos mostrariam que os dias ensolarados ainda estavam algo distantes para o país.

Também a seleção brasileira era agora outra. Em dez anos, a geração de Pelé já havia se aposentado (inclusive o próprio) ou encontrava-se em fim de carreira. Em seu lugar, uma nova vaga de promissores valores havia surgido, tais como Zico, Sócrates ou Falcão. As copas de 1974 e 1978 já haviam passado, deixando sua frustração – um quarto lugar em 1974 com um futebol tão somente razoável, seguido de um terceiro lugar na Argentina que, apesar de suspeito, não ocultou mais uma participação apenas mediana – e a convicção de que militarização e futebol estavam longe de ser grandezas destinadas a gerar bons frutos quando somadas.¹² Agora, sob o comando do experiente técnico Telê Santana, o Brasil se preparava para a décima segunda Copa do Mundo, a ser disputada no ano seguinte, na Espanha.

E havia também o quadro econômico e social. Ao mesmo tempo em que já iam distantes os dias do “Milagre Brasileiro”, a década de 1970 foi marcada por um aprofundamento da mecanização do campo, fruto das diretrizes tomadas pelo governo militar em prol da constituição de uma agricultura em moldes capitalistas e expressas através dos dois primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND'S). Os núcleos urbanos passaram a experimentar altos índices de crescimento, especialmente em suas zonas periféricas, sem que houvesse o adequado planejamento para tal transformação. Seja por estarem inseridos em uma das tantas crises rotineiras do capitalismo, seja por defender abertamente um modelo econômico concentrador de renda, os PND's não atingiram os efeitos desejados. À falta de liberdades políticas somava-se agora uma economia estagnada, com altos índices de desemprego e arrocho salarial.

E havia o “Mundialito”, um torneio disputado em Montevideu em comemoração

12 Vale aqui lembrar que, em 1978, não somente o Almirante Heleno Nunes continuava à frente da Confederação Brasileira de Desportos, mas que o comando técnico da seleção esteve a cargo do capitão de artilharia Cláudio Coutinho.

aos 50 anos da primeira Copa do Mundo.

Neste contexto, o futebol passava a possuir um significado diverso daquele da grande conquista no México. Com efeito, de elemento de coesão social, o esporte bretão passava a ser lido como um instrumento paliativo para o ânimo nacional diante do quadro de crise. O texto é elucidativo neste sentido, ainda mais quando temos em mente que não se trata de matéria colhida nas páginas esportivas, mas sim econômicas.

O resultado da partida de hoje, em Montevideú, é decisivo para desafogar tensões, especialmente neste início de ano que se anuncia tão pouco promissor. O trabalho da seleção brasileira, neste primeiro “Mundialito”, até agora só conseguiu injetar uma boa dose de otimismo na população e em todas as camadas da sociedade que mais se sensibilizam pelos problemas coletivos. É claro que a vitória do Brasil, neste campeonato, não vai resolver os problemas da inflação, da dívida externa, do balanço de pagamentos e de outros tantos que estão enraizados na estrutura sócio-econômica do País, mas o ingrediente psicológico desse resultado influi para que a comunidade tenha maior ânimo para enfrentar as dificuldades futuras (...).

O jogo com a seleção da Alemanha acordou a nação, cabisbaixa diante do peso da crise e das incertezas do futuro. Aparentemente as dificuldades se tornaram menores, ou, pelo menos, perfeitamente superáveis. Nos mais diversos ambientes, do interior do Rio Grande do Sul até os influentes gabinetes de Brasília, não se falou outra coisa com tanto interesse, nestes últimos dias, do que a atuação do selecionado brasileiro, na Copa de Ouro de Montevideú. Hoje, com a disputa final dessa primeira competição internacional, preparatória para 1982 na Espanha, o Brasil vai torcer novamente com a mesma convicção dos velhos tempos e esse resultado transcende, pelo seu alcance, as esferas esportivas. Os aspectos políticos e psicológicos têm pesos definidos nesse resultado que, se favorável inteiramente ao Brasil, poderá ser um começo muito promissor para o ano que começa. Pelo menos haverá mais entusiasmo coletivo num momento em que a recomendação principal é “trabalhar e poupar mais”. Não se sabe se pelos estímulos oferecidos ou pelo clima novo que se vive, em função do desempenho do selecionado, o fato é que as cadernetas de poupança, até o dia 8, quando encerrou o prazo para depósitos serem beneficiados com todo o rendimento do primeiro trimestre, acusaram um excelente movimento. Há, evidentemente, uma explicação mais complexa para justificar essa performance. O importante é que as novas regras do jogo para a economia brasileira, em 1982, já começaram a ser seguidas, conscientemente, pela população. Pelo menos pela parcela privilegiada que pode fazer uma reserva para depositar em conta na sua caderneta de poupança.¹³

Outra sensível modificação na percepção da imprensa a respeito do selecionado nacional naquele momento diz respeito à correlação entre o momento esportivo e o político. Contrariando o senso comum que reza a não solubilidade destes assuntos, o tema volta à baila, tal como ocorreria dez anos antes. Agora, porém, o discurso ufanista

¹³ Zero Hora, 10 de janeiro de 1981, p 4. O texto intitula-se “No futebol, um desafogo para tensões e crises”, e é de autoria da hoje senadora Ana Amélia Lemos.

mostra-se substituído por uma linha de denúncia, ainda que por vezes velada, contra as arbitrariedades daquele presente ou de seu passado próximo. Neste sentido, o fato de o Brasil decidir o título daquele torneio contra os uruguaios, que ainda viviam um quadro de forte repressão, acabou dando o mote para que os jornalistas pudessem, ao referir-se ao país vizinho, estabelecer a denúncia em relação à nossa própria realidade. Assim, no dia 8 de janeiro daquele ano, o editorialista de esportes do jornal Zero Hora, José Antônio Ribeiro, afirma em seu texto: “Há torcedores mais politizados que arriscam, com ironia: o Brasil vai **torturar** o Uruguai, sábado”.¹⁴ No dia seguinte, o chargista Marco Aurélio apresentava seu trabalho daquele dia, onde, em primeiro plano, um torcedor brasileiro grita: “Não tem nada!!! Vamos nos vingar de 1950”. Atrás, um segundo comenta com um terceiro: “Daqui há pouco vão querer vingar 1930, 1964...”.¹⁵

Ao mesmo tempo em que a decisão do Mundialito tornava-se a preocupação central de muitos brasileiros – ainda que fosse por uma questão de desafio – na extremadura sul de nosso país, o biofísico uruguaio Cláudio Benech desafiava punha sua própria vida em perigo ao atravessar a fronteira, fugindo do cárcere e da ditadura em seu país durante os festejos de ano novo, com a roupa do corpo e uma cápsula de veneno, para o caso de ser preso. O caso encontrou boa repercussão, sendo noticiado já a partir do dia seguinte. Ainda no dia 5, o mesmo jornal assim noticiava:

O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke e o advogado Omar Ferri dão entrevista à imprensa esta tarde, durante a qual vão detalhar as circunstâncias da fuga para o Brasil do cientista uruguaio Cláudio Benech. Também serão reveladas as providências a serem tomadas desde o Brasil para permitir que Cláudio Benech resgate os cinco filhos menores de 14 anos de idade, deixados no Uruguai, aos cuidados dos avós. Informações de Montevideú dão conta que a casa da família Benech é mantida sob severa vigilância das forças de segurança uruguaias, que ostensivamente instalaram um aparelho interceptor junto ao telefone da família (...).

Cláudio Benech fugiu para o Brasil na madrugada do Ano Novo, aproveitando uma licença que recebera das autoridades carcerárias para comemorar a data com a família. Ele se encontrava preso desde março do ano passado, quando foi sequestrado de casa por elementos que se identificaram como militares. Depois de vários meses sem notícias de seu paradeiro, o governo uruguaio, pressionado pelas notícias na imprensa estrangeira do desaparecimento, admitiu a prisão do cientista. Ele era acusado de pertencer ao Partido Comunista Uruguaio, proscrito desde o golpe militar de 1973.¹⁶

14 Zero Hora, 8 de janeiro de 1981, p 41.

15 Zero Hora, 9 de janeiro de 1981, p 2.

16 Zero Hora, 5 de janeiro de 1981, p 17.

Muito embora a notícia sobre a fuga de Benech não possua nenhuma relação com o futebol, não deixa de ser tentador estabelecer algum tipo de paralelo entre estas e os comentários diários acerca da atuação do selecionado brasileiro no Uruguai. Uma década antes, nem Benech seria apresentado como alguém que fora “sequestrado”, e cuja residência estaria sofrendo com a vigilância dos militares, nem o futebol da seleção brasileira seria lido como algo a gerar um contraponto as crises vividas pelo país. Benech estaria entre os “adversários”(ainda mais dada a sua condição de não brasileiro) a ser vencido por um esquema rígido, militarizado, e que se espelhava na própria seleção, elemento gerador de uma discursividade ufanista.

Conclusão

Em trabalho publicado no ano de 1998, a Antropóloga Simoni Lahud Guedes, já citada, aponta para o fato do futebol ser um excelente instrumento para a confrontação dos juízos construídos sobre a nação. Sendo um “domínio menor” da sociedade (ou algo visto como de importância não tão relevante diante de outros temas, como a política ou a economia), permitiria as mais diversas apropriações ideológicas. Ainda segundo a autora:

Chega a ser impressionante o modo como se passa, sem nenhuma mediação considerável, da avaliação do time para a avaliação do povo. As vitórias da seleção nacional evidenciam a capacidade do povo brasileiro enquanto as derrotas são nada menos que denúncias de sua indigência (GUEDES: 1998, 20. Grifo do original)

Sem demonstrarmos aqui discordância (pelo contrário), entendemos aqui que as imagens que partem do selecionado brasileiro de futebol extrapolam a própria esfera da população, chegando a serem tomadas como imagens do Estado brasileiro. Assim, em momentos de regimes políticos arbitrários, as vitórias são tidas como a materialização das virtudes da ordem e da harmonia imposta, ainda que sob o tãco de prisões ilegais, da promoção de torturas e assassinatos por parte deste mesmo Estado.¹⁷ Tal ligação é, evidentemente, esquecida nos momentos de derrota, sendo este silenciamento uma construção merecedora de estudos futuros.

A construção da visão de um adversário interno ser vencido no jogo da ordem e do

¹⁷ As vitórias da seleção italiana nas Copas de 1934 e 1938, bem como a já citada vitória argentina em 1978 também são exemplos paradigmáticos neste sentido.

desenvolvimento nacional certamente perpassa por esta lógica. E, em tal jogo, as regras nem sempre se fazem claras. Por um lado retiramos explicitamente sua condição de brasileiros. Implícito a isto, está a retirada da própria cidadania e, com ela, a permissividade discursiva que permite a relativização de todas as garantias imanentes a um estado de direito. O futebol, assim, ao mesmo tempo em que se faz alegre, se faz também sujo.

Contudo, o futebol é também sujeito às leis da historicidade, o que se reflete no simbolismo a ele atribuído. A passagem da “seleção ufanismo” de 1970 à “seleção válvula de escape” do início da década de 1980 revela uma substancial alteração nos sentidos atribuídos à própria nação. A crise escancarada não mais se continha nos informes oficiais nem nas notícias otimistas, e a população sedenta por democracia, mas também por emprego, renda e uma condição de vida não vincularia as belas atuações do time de Telê Santana ao desempenho político das equipes comandadas pelos generais.

Ao menos desta influência, o futebol, símbolo de nossa brasilidade, deveria ficar livre.

Bibliografia

- ALABARCES, Pablo. **Fútbol y pátria: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor – O seqüestro dos uruguaios**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FRANCO JR., Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GUEDES, Simoni Lahud. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Niterói: Eduff, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.